



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - CARF			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0720/16	DATA: 28/06/2016	
LOCAL: Plenário 7 das Comissões	INÍCIO: 10h03min	TÉRMINO: 11h20min	PÁGINAS: 44
DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO			
HUGO RODRIGUES BORGES - Ex-funcionário do escritório J.R. Silva Advogados & Associados. LEONARDO SIADÉ MANZAN - Ex-Conselheiro do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais — CARF.			
SUMÁRIO			
Tomada de depoimento.			
OBSERVAÇÕES			
Há palavras ou expressões ininteligíveis. Há oradores não identificados em breves intervenções.			



O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Declaro abertos os trabalhos da 26ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar denúncias de fraudes contra a Receita Federal de bancos e grandes empresas, mediante supostos pagamentos de propinas para manipular resultados de julgamentos ocorridos no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais — CARF.

Não havendo quórum para apreciação da ata, passo ao próximo item: Expediente.

Dou como lido o expediente, tendo em vista a distribuição de resumo das correspondências recebidas na última semana e a publicação desse extrato na página da Comissão.

Ordem do Dia.

Esta reunião foi convocada para a realização de audiência pública e deliberação de requerimentos.

Iniciaremos agora a audiência pública para a tomada de depoimento dos Srs. Leonardo Siade Manzan e Hugo Rodrigues Borges.

Informo que os Srs. Deputados interessados em interpelar os depoentes deverão inscrever-se na mesa de apoio da Secretaria da Comissão.

Convido a tomar assento à mesa o Sr. Hugo Rodrigo Borges, o Sr. Leonardo Siade Manzan e seu advogado. *(Pausa.)*

O Sr. Leonardo Siade Manzan foi convocado em virtude da aprovação dos Requerimentos nºs 144, de 2016, do Deputado Joaquim Passarinho, e 258, de 2016, do Deputado Ivan Valente.

Comunico aos Srs. Parlamentares membros deste colegiado que o Supremo Tribunal Federal expediu o Habeas Corpus nº 134.983, em favor do Sr. Leonardo Siade Manzan, por meio do qual foram concedidos ao convocado: o direito de exercer a prerrogativa constitucional contra a autoincriminação, sem que se possa adotar contra ele, em razão do regular exercício de tal prerrogativa jurídica, qualquer medida restritiva de direitos ou privativa de liberdade; o direito de ser dispensado de assinar termo de compromisso legal na condição de testemunha, por tratar-se de réu sob perseguição penal, garantindo-lhe, por isso mesmo, o direito de não sofrer qualquer medida sancionatória por parte desta Comissão Parlamentar de Inquérito; e o direito de ser assistido por seus advogados e de com estes comunicar-se,



peçoal e reservadamente, sem qualquer restrição, durante o curso de seu depoimento.

O inteiro teor do presente *habeas corpus* encontra-se publicado na página da Comissão.

O Sr. Hugo Rodrigues Borges foi convocado em virtude da aprovação do Requerimento nº 238, de 2016, do Deputado Hildo Rocha, 1º Vice-Presidente desta CPI.

Informo ao Sr. Hugo Borges que será ouvido na qualidade de testemunha, devendo prestar o compromisso de falar a verdade sobre o que souber e lhe for perguntado, nos termos dos arts. 203 e 210 do Código de Processo Penal.

Advirto que o descumprimento desse dever legal fará incidir sobre si as penas relativas ao falso testemunho, previstas no art. 342 do Código Penal.

Passo ao Sr. Hugo o termo de compromisso para que o leia e assine.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Passo a palavra ao Sr. Hugo Rodrigues Borges, para suas considerações iniciais, por até 20 minutos.

O Sr. Hugo Rodrigues Borges é natural de Brasília, nasceu em 1970, é assistente administrativo, trabalhou para a família de José Ricardo da Silva, no período de 2000 a 2013, sendo registrado como funcionário na empresa Agropecuária Terra Fértil, mas depois, em 2004, trabalhou de fato para empresa SGR Consultoria Empresarial e J.R. Silva Advogados.

Passo a palavra ao Sr. Hugo.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Em 2004, a mãe do José Ricardo, D. Nícia, me fez o convite para trabalhar com eles, porque eles iam abrir um escritório. E daí eu comecei a trabalhar com eles, a princípio fazendo serviços básicos de escritório, serviços de rua e, conforme o tempo, os anos foram passando — 2005, 2006 —, obviamente o trabalho foi aumentando. E, em 2013, devido a 2004 e a final de 2012, estava muito desgastante o trabalho, muita pressão. Então, a minha insatisfação é que me obrigou a sair de lá mesmo. Então, em janeiro de 2013, eu me desliguei da empresa. E eu não sei... Depois disso, já não me interessou mais nenhum tipo de assunto.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Mais alguma coisa, Sr. Hugo?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Não; não tenho, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Só uma observação: nós temos recebido aqui, usando um termo popular, muitos peixes grandes.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Pelo seu currículo e pela sua função na empresa, vamos caracterizá-lo como peixe pequeno. O senhor é o único desses aí que não está trazendo *habeas corpus*.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - O que eu quero dizer com isso é que, como vamos inquiri-lo aqui, pediria ao senhor para ser mais rico em detalhes e falar a verdade.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - A verdade lhe protege muito, até porque V.Sa. está desamparado de um instrumento legal aqui — os mais afortunados conseguem no Supremo, têm bons advogados.

Então, é aquele velho ditado: a corrente quebra no elo mais fraco. Portanto, nós esperamos contar com sua colaboração.

Antes de passar a palavra ao Sr. Manzan, eu vou passar a palavra ao Deputado Joaquim Passarinho, para que já comece a fazer algumas perguntas.

O Relator acabou de chegar. Passarei a palavra a S.Exa. logo depois.

O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO - Pois não, Sr. Presidente.

Sr. Hugo, como o Presidente falou, V.Sa. é a primeira pessoa que vem aqui sem advogado, sem instrumento legal, sem nada. O senhor está vindo normalmente depor.

Esta Comissão, eu tenho sempre dito, não é feita para achacar ninguém, para punir ninguém. Nós só queremos descobrir o que aconteceu.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Claro.

O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO - Então, se alguém não tem culpa, se alguém não enriqueceu com todo esse instrumento que foi feito no CARF,



talvez esta seja uma hora muito boa para que o senhor ou qualquer um possa falar a verdade...

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Claro.

O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO - ...e esclarecer, para que não lhe seja imputado culpa que não tenha.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Claro.

O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO - E, como disse o Presidente, normalmente, nessas horas, quem tem muito dinheiro, quem tem muita estrutura, quem tem muito bons advogados acaba livre, e quem não tem acaba pagando o pato, por não ter esse instrumental todo.

Duas coisas me chamaram a atenção do que o senhor falou: o trabalho foi aumentando.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Isso.

O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO - De que tipo de trabalho o senhor falava? De escritório? Ir a banco, falar com outras empresas? Qual era o trabalho que o senhor executava na empresa?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - É, porque, na verdade, tinha a mãe do José Ricardo, o pai do José Ricardo, a irmã do José Ricardo. Então, tem trabalhos pessoais para fazer. Então, ele tem...

O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO - Não eram do escritório?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Não, fora. A mãe dele tem um filho que está em coma já há muitos anos e tinha cuidados para poder transportar ele, para levar para o Sarah, aquela coisa toda. Então, eu tinha que sair do escritório para poder fazer esse outro tipo de trabalho. *"Ah, tem que pegar o filho em tal colégio."* Então, era muita coisa para fazer. Então, eu quase que não ficava no escritório. A parte administrativa, essas questões bancárias, eu já chegava lá na sala, já pegava tudo e ia para o banco fazer os pagamentos. Então, era muito corrido durante todo o dia.

O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO - Por que o senhor usou a expressão que estava tendo muita pressão e o senhor achou melhor sair?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Já no finalzinho, por conta do nervosismo, a petulância, a arrogância do José Ricardo. Então, isso estava me



fazendo muito mal. Quando eu saí de lá, eu estava emocionalmente já muito abalado. Perdi meu cabelo, fiquei... Entendeu? A parte da saúde, bem complicada. Aí, realmente, não dava para... Eu saí, porque realmente não dava. O salário não é compatível com a função. Então, era muito trabalho, entendeu?

O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO - Pode dizer quanto o senhor ganhava?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Mil e quinhentos reais para poder fazer muito trabalho.

O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO - Há um registro aqui de que o senhor fez 11 saques em dinheiro vivo em banco, no valor de 3 milhões e 600 mil reais.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - É, eu era assistente administrativo. Então, quando você vai ao banco fazer saque, você tem que deixar o seu CPF, porque você é o portador. Então, veja bem, eram de 100 reais a 1 milhão. Eu era o funcionário. Agora, para onde ia esse dinheiro e o que faziam, realmente não cabia a mim saber. Como é que eu vou chegar... Você é o meu chefe e eu vou dizer assim: este dinheiro aqui é o quê? O que o senhor está fazendo? É difícil, eu ia ser demitido. Obviamente, não cabia eu perguntar.

O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO - O senhor tem ideia de para que era esse dinheiro? O senhor ia lá, sacava e entregava para o José Ricardo?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - É, porque, na verdade, eu pagava as contas do escritório, as contas fixas e as contas que estavam atrasadas. Esse dinheiro era levado para o escritório. Então, ficava em poder deles. Ao final do dia, eu ia para a minha casa. Daí, o que eles faziam, também não cabia a mim saber, entendeu?

O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO - Então, depois de pegar, sacar e levar ao escritório, você não sabia mais do dinheiro.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Esse dinheiro era sacado no banco e esse dinheiro ia para o escritório, entendeu? Isso ficava em poder deles. Então, assim, o meu serviço, no escritório, junto com a Gegliane, que passou a administrar, a fazer planilhas, contas... A minha função era só ir ao banco, pagar essas contas, se tivesse saque em dinheiro, trazer de volta e deixar no escritório.



O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO - E, nessas planilhas, nesse trabalho administrativo, durante todos esses anos, o senhor não sabe para onde ia esse dinheiro? Que tipo de relação este escritório tinha? Pagava o quê? Esse dinheiro não ficava no colchão. Não fica lá dentro num armário.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Não, lá tinha um cofre. Nós sabíamos da empresa... Digamos, uma de que eu me lembro era a Marcondes e Maltoni. Ele ia fazer um depósito no valor "x" na conta. Só que, para esse dinheiro entrar, teria que emitir a nota fiscal. Eu ia lá, emitia a nota fiscal, passava a cópia por fax, e eles depositavam esse dinheiro. Aí o dinheiro está na conta. Então, assim, temos despesas diárias de pagamentos, aquela coisa e tal. Fazia a planilha das contas, de todas as contas que teriam que ser pagas. Nem sempre, eu sacava dinheiro. Era uma vez ou outra, quando tinha essa quantia maior.

O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO - Quantias mais altas.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - É quantia alta.

O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO - Mas as contas que o senhor pagava eram só contas do escritório: água, luz, ou havia repasse para outras empresas, para outras pessoas?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Olha, era muito assim: impostos que estavam atrasados, e ele pedia para recalcular, contas que já estavam muito atrasadas, e ele pedia para calcular, entendeu? Então, não eram todos os dias. Todos os dias, eram contas pequenas, contas de consumo, manutenção da casa, gasolina. Dinheiro alto não era sempre. Agora, todo esse dinheiro entrava na conta, mas sempre estava negativo. O escritório não tinha dinheiro para pagar conta, atrasava pagamento de funcionários, entendeu? As contas eram negativas, porque entrava e já saía.

O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO - Mas vocês não tinham ideia de para onde ia esse dinheiro?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Obviamente, por mais que soubéssemos que tinha algo de errado ou era ilícito, eu ia lá na sala dele para perguntar para ele? Ele ia falar: "*O que está acontecendo?*" Ele é o dono.



O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO - Esse recurso que o senhor pegou sempre ia para o escritório? Ou algum recurso ia para algum outro lugar, para alguma outra pessoa?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Sempre para o escritório.

O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO - Era do banco para o escritório? Do escritório adiante, o senhor nunca fez nada disso?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Não; adiante, não. Eu tenho acompanhado por algumas reportagens que têm saído, e eu acho que na época do início de tudo, quando eu li, teve uma reportagem que dizia que ele tinha um funcionário, que esse funcionário saiu com a maleta de dinheiro, andando para baixo e para cima. Mas não é bem assim. Obviamente, eu vou para o banco sacar uma quantia alta, eu tenho que levar. Eu ia sozinho. Não tinha ninguém para me acompanhar. Então, para pegar 400 mil, 500 mil para trazer numa mochila, numa pasta, é perigoso. Então, era do banco para o escritório. Nunca...

O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO - Fazia isso sem nada assim, de táxi?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Não, é pertinho. O escritório era...

O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO - A pé?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Não, de carro mesmo.

O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO - Ah, você ia dirigindo o carro?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - É, o escritório é na QL 14, e o banco é na 11.

O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO - Não tinha receio de sacar 300, 400 mil, de ser morto no caminho?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Não. Eu fazia a previsão no banco, já estava tudo certo, o dinheiro contadinho. Era só pegar e voltar para o escritório.

O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO - E, no caminho, você não tinha receio... O seu carro era blindado, pelo menos?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Nada, não tinha isso. Então, se acontecesse alguma coisa... Eles tinham essa confiança em mim, né? No sentido de...



O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO - Não, confiança em você... Estou dizendo: você tinha confiança na rua de andar com esse dinheiro todo?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Não, mas é o risco que se corre. Fazer o quê? Tanto que eu já tinha falado. Às vezes, vinha um outro colega para poder me acompanhar, mas também não podiam ser cinco. Não ia adiantar nada. Teriam que fazer escolta armada para carregar uma quantia dessas.

O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO - O.k. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Vamos ouvir agora o Sr. Leonardo Manzan. Ele nasceu em Brasília, em 1976, é graduado em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília e em Direito pelo UniCEUB, é Mestre em Direito Tributário pela Universidade de Bolonha, é Advogado Tributarista e Professor de Direito Tributário. Foi Conselheiro do CARF de 2004 a 2010. Ingressou no Conselho de Contribuintes em 2004, tendo sido indicado pela Confederação Nacional do Comércio, permanecendo como Conselheiro quando houve a transformação do Conselho de Contribuintes.

Eu vou passar palavra ao Sr. Leonardo Siade Manzan, para fazer as suas considerações iniciais, por até por 20 minutos.

O SR. LEONARDO SIADÉ MANZAN - Bom dia a todos; bom dia, Presidente, Relator e Deputados. Eu, embora tenha ordem de *habeas corpus* para permanecer em silêncio e tudo o mais, eu me disponho a falar sobre os assuntos institucionais, o que é o objeto realmente da CPI, porque a matéria jurídico-criminal já está sendo apurada na órbita própria. Ali já está a minha defesa, comprovando toda a minha inocência, documentalmente inclusive. Então, qualquer pergunta que os senhores tiverem com relação à matéria institucional, CARF/Receita, CARF/Ministério da Fazenda, CARF/Contribuintes, eu estou disposto a falar e a cooperar com a CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Obrigado.

Eu vou passar a palavra agora ao Relator, o Deputado João Bacelar, que fará perguntas aos dois depoentes, por 15 minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Sr. Presidente Pedro Fernandes, Sras. e Srs. Deputados, senhores depoentes, eu vou começar pelo iniciante, o Sr. Hugo Rodrigues Borges.



Sr. Hugo, V.Sa. controlava a parte financeira da empresa SGR Consultoria Empresarial?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Sim.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Quando Alexandre Paes dos Santos começou a participar dos negócios da SGR e outras empresas foram criadas, a Gegliane Bessa tornou-se administradora dos negócios da empresa? Por quê?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Até então, em 2007, eu administrava, né, essa parte da administração. Era pouco o serviço, não tinha essa entrada de dinheiro como depois disso. Então, era simples o trabalho, era até fácil de coordenar e tal. Então, em 2008, o José Ricardo resolveu se associar ao Alexandre, e daí começou... Eles passaram essa parte para a Gegliane, de administrar, de coordenar tudo. Então, eu fiquei com essa parte só de rua, para poder executar, atender a família, nesse sentido.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Durante o período, o tempo em que trabalhou para a SGR Consultoria Empresarial e a J.R. Silva Advogados, V.Sa. movimentou enormes quantias em sua conta pessoal, inclusive tendo deixado de declarar Imposto de Renda Pessoa Física nesse período. Quais operações eram essas e de onde vinha tanto dinheiro?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Falaram que tem muita movimentação na minha conta, mas a minha conta era usada para a minha família, nesse sentido de eu movimentar, de eu emprestar cheques, mas, nessa época, eu frequentava muito essas casas de bingo ilegais, e eu passava quase uma parte do tempo, depois do meu trabalho, nesse lugar. Isso era do conhecimento deles, porque já estava me prejudicando já há um tempo. Ainda há pouco, recente, ainda comecei de novo. Então, isso me causou muito problema. Mas a movimentação da minha conta é tudo meu. É dinheiro meu, é dos meus jogos aonde eu ia. Não tem nada de que eu ganhei ou de que eu fui pago para fazer algum tipo de serviço, entendeu? Então, isso é bem claro e não tem que...

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - O senhor sabe o que é faltar com a verdade numa CPI desta?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Com certeza.



O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Sabe das implicações, não é?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Claro. Por isso eu não tenho *habeas corpus*, porque eu não tenho nada a esconder, e muito menos advogado, entendeu? Eu não tenho por que esconder nada.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Mas o volume foi muito grande, ou seja, para poder justificar essas operações só de cunho pessoal e domiciliar. É muito pouco perante o volume que V.Sa. movimentou de saques e de transferências. Então, eu acho que V.Sa. poderia ser mais claro nessas posições.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Na minha conta pessoal, é isso. Então, ela sempre foi devedora, a minha conta. Eu fiz empréstimos na instituição. Eu tinha outro banco. Eram dois bancos e eu também fiz empréstimos. Então, está tudo relacionado a isso.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Quanto o senhor ganhava? Quanto o senhor ganhava na empresa?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Mil e quinhentos reais.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - E tinha um volume desses?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Mas isso foi no decorrer de anos. Não é uma questão, assim, há 1 mês, entendeu? Isso foi a movimentação. Se você somar um montante de 6 ou 7 anos, no valor de 3 mil, 4 mil reais...

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - V.Sa. confirma que, a partir 2011, passou, em nome do Grupo SGR, a realizar saques de grande valor, sendo que um dos maiores montantes que sacou em espécie foi de 1 milhão e 200 mil reais?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Isso, que foi em três vezes no banco. Foi feita a previsão de saque, digamos, segunda, terça e quarta. Foram 400 a cada dia.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Era a Gegliane Bessa que recebia esses valores de sua mão?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Isso. Eu chegava, passava para ela, e ela ficava de organizar, para pagar conta que estava em aberto, e falar com o José



Ricardo. O José Ricardo é quem dava as coordenadas, porque ele sabia do montante desse dinheiro. Então, ele decidia o que fazer.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Esses valores se destinavam ao pagamento de propina aos Conselheiros do CARF?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Não, não sei te dizer isso, porque — eu já tinha dito isso antes, aqui — eram separados realmente alguns envelopes, que ficavam em poder da Gegliane. Na última audiência que teve, eu disse que sim, ela disse que não. Eu disse que sim e ela disse que não, então... Agora: *“Vem uma pessoa pegar esse envelope, essa encomenda.”* Então, veja bem, eu não estava ali para ver, eu estava na rua. Então, eu não posso dizer se isso era propina ou se ele estava devendo a alguém e fosse pagar. Eu realmente não posso dizer, mas o que eu vi foi isso. Então, eu vi. Entendeu? Agora, eu não posso afirmar que realmente isso é propina, né?

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - O senhor tem certeza?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Tenho.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Qual é o papel da Eivanice Canário da Silva no Grupo SGR? O que ela fazia?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Ela era advogada. Ela pegava alguns processos do escritório para poder analisar, dar seguimento ao processo. Antes, ela administradora da Agropecuária Terra Fértil, se formou em advocacia e estava tendo prática nessa questão de processo.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Ela era o que da Terra Fértil?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Ela era administradora da Terra Fértil. Ela sempre foi. Depois que ela se formou em Direito, ela começou a partir realmente para ver essa parte de processo.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - V.Sa. conhece o Paulo Roberto Cortez?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Conheci no escritório.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Qual era a relação dele com José Ricardo da Silva?



O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - O Dr. Paulo, ele fazia alguns processos para ele, né, do Conselho, porque era uma quantidade muito grande de processos. Agora, o que exatamente, no que ele trabalhava nesses processos eu não sei dizer, porque isso era coisa deles. Mas ele era contratado para fazer trabalhos processuais.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - V.Sa. chegou a pegar dinheiro escondido do Grupo SGR?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Não.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Tem certeza?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Tenho.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Absoluta?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Tenho.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Quem eram os maiores clientes da SGR Consultoria Empresarial e da J.R. Silva Advogados?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Olha, tem uma pasta que tinha vários contratos nessa passa. Então, essa pasta ficava em poder do José Ricardo. Agora, saber quem era o maior cliente nesse sentido, eu realmente não sei te dizer.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - V.Sa. foi tido aqui, em algumas oitivas, como o “avião”, o homem que pega o dinheiro, leva e entrega, o famoso “avião” dentro do submundo do crime. V.Sa. concorda com isso?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Não concordo, absolutamente. Não concordo.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - V.Sa. disse que ganhava mil e quinhentos reais.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - É, exatamente.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - E tinha um volume gigantesco desses de saques e de movimentação financeira? Ou seja, de onde seria a origem desse dinheiro tão grande que o senhor movimentou?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Na minha conta, é isso o que eu estou falando... Vocês falam em quantia grande. Eu desconheço essa quantia grande. Eu vou até...



O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Um saque de 1 milhão e 200 mil reais é pouco?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Não, isso aí é do escritório. Isso não tem nada a ver comigo. Isso é um saque que foi feito no escritório. Veja bem, eu era funcionário e o José Ricardo era patrão. Então, veja bem, se vão entrar 10 milhões lá dentro, eu não vou questionar para ele e falar: *“Esse dinheiro vem de onde? Para o que é esse dinheiro?”* É aquilo que eu estou te falando: eu trabalhava lá — como é que eu tenho essa petulância de chegar para o meu chefe e perguntar? É muito fácil, eu teria que perguntar...

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - E o senhor nunca achou que esse era um dinheiro oriundo do submundo do crime?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Não. É estranho pelo fato de entrar esse dinheiro na conta, e a gente não ter dinheiro para pagar as contas que estavam em aberto, entendeu? Esse é que era... A conta dele, negativa; a irmã, precisando de dinheiro, não tinha para dar. Então, cadê o dinheiro? O dinheiro entra, mas aí... O saque é feito, leva para o escritório, e se continua devendo.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Levantamentos feitos aqui informam que só na conta de V.Sa. entraram 500 mil reais em um ano. Como justifica isso — na sua conta?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Na minha conta?

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - É.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Mas é isso que eu estou te falando, é uma coisa...

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Foi do jogo?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - É, eu frequentava muito. Eram todos os dias, entendeu? Então, é muito fácil apontar e julgar nesse sentido, mas a verdade é essa. Tem cheque meu espalhado por aí. A maioria das pessoas sabia que eu frequentava muito, tinha conselhos para poder... Inclusive, no escritório me chamaram a atenção por conta disso. Eu tive, nesse momento em que eu frequentava, teve muita busca, a polícia foi... Eu já respondi por contravenção, mas aí você paga lá uma multa e pronto. Mas, se for pego novamente... Então, eles sabiam dessa história. Eu frequentava muito. A origem desse dinheiro na minha



conta pessoal vem por aí, entendeu? É daí mesmo, dos meus jogos, das minhas coisas, dos meus empréstimos nos bancos, pessoais, que eu também não paguei. Mas dinheiro transferido, ou que veio da empresa, ou que veio desse esquema está bem longe de ser verdade.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - A Eivany tinha Alzheimer?
O senhor sabe informar?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Não. O Eivany, pai do Dr. José Ricardo.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - É, o Eivany.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Ele não tinha indícios ainda de que realmente era Alzheimer, mas o que demonstrava era isso mesmo. Ele estava com um problema sério de esquecimento mesmo, estava fazendo alguns exames, usando alguns medicamentos, mas tudo indicava que era Alzheimer mesmo.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - O Gruginski era sócio da SGR?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - O Gruginski, quando eu entrei, ele era sócio da SGR, em 2004.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - O.k.

Sr. Presidente, eu vou passar agora às perguntas ao Sr. Leonardo Manzan.

Sr. Leonardo, na época que V.Sa. era conselheiro do CARF, para quais empresas o senhor advogava?

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Quando eu era conselheiro do CARF, eu não advogava para empresa nenhuma — no CARF, evidentemente. Eu advogava na Justiça Federal, que é onde estão todos os meus processos. Noventa por cento dos meus processos estão todos na Justiça Federal. Nunca dependi do CARF para nada, absolutamente nada.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Como se deu sua indicação para o CARF pela Confederação Nacional do Comércio?

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Minha indicação foi feita pela CNC.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Tinha relação com o Presidente da CNC?



O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Não. Não tinha relação, não. Eu apresentei o currículo, eles me chamaram.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Com que objetivo V.Sa. exercia o cargo de conselheiro do CARF?

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Por motivos óbvios, não é? O CARF é o órgão mais preparado em matéria tributária federal. Não existe nenhuma pós-graduação em nenhum tipo de escola que seja mais eficaz para você acompanhar a legislação e a evolução da jurisprudência que o CARF. É um órgão extremamente técnico, importante para o contribuinte, que, infelizmente, está sofrendo esses ataques, por motivos...

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Infelizmente está sofrendo esses ataques?

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - É, por motivos específicos, por causa de um processo.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Desviam-se 20 bilhões da Nação brasileira, na Receita Federal, do contribuinte, e o senhor está dizendo que está sofrendo esses ataques?

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - É, esses 20 bilhões, até agora...

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - *(Ininteligível)* quadrilha.

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Desses 20 bilhões, até agora comprovaram zero. De 20 bilhões para zero tem um abismo de diferença.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - V.Sa. pode ser muito útil a esta CPI, até para esclarecer muitos fatos aqui. Como é sabido, V.Sa. é sócio de Jorge Victor Rodrigues na empresa SBS Consultoria Empresarial e VR Assessoria. Qual era a finalidade dessas empresas?

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Eu nunca fui sócio da SBS. Nunca fui sócio. A SBS é a empresa da qual meu pai é sócio. Ele esteve aqui ontem.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Qual sua relação com o Sr. Edison Pereira Rodrigues e Tharyk Jaccoud Paixão?

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Edilson eu não conheço. O Tharyk também não... Ele me foi apresentado independente de qualquer relação profissional.



O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - V.Sa. recebia alguma remuneração da CNC?

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Não, só os conselheiros de fora... Como eu sou de Brasília, não recebo ajuda de custo, não recebia ajuda de custo. Só os conselheiros de fora recebem ajuda de custo.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - O senhor foi sócio da VR?

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Não, não. Na VR, a gente tinha uma sociedade em conta de participação para os meus processos.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Quem eram as duas empresas que redigiam os seus votos em processos de sua responsabilidade no CARF?

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Eu, todos os meus votos eram redigidos por mim.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - O senhor é uma sumidade, então, não é?

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - O senhor que está dizendo — não é minha opinião.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Como se dava a sistemática de troca de votos dos conselheiros do CARF entre os julgamentos dos processos?

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Não tenho conhecimento disso.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Como V.Sa. defendeu os interesses das empresas JG Rodrigues, Evora e Café Irmãos Júlio no CARF?

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - O Café Irmãos Júlio nunca foi meu cliente. Ele era cliente da SBS — era. Na época do julgamento, inclusive, nem era mais.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - O senhor conhecia Edison e sua filha Meigan?

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Conhecia. Todo mundo que foi do CARF conhece o Edison. O Edison foi Presidente do CARF. Inclusive é uma pessoa muito competente, era dentro da Receita Federal e foi um Presidente muito bom dentro do CARF.



O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Como toda sociedade brasileira tem conhecimento, V.Sa. foi flagrado pela Polícia Federal em sua residência com um montante de 1 milhão e meio de reais em espécie. Qual a origem desse dinheiro e por que ele estava em sua residência? O senhor o declarou no Imposto de Renda?

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Primeiro, não foi 1 milhão e meio, mas tudo bem. Independente do valor, esse dinheiro já está declarado, como já foi dito ontem, ele está declarado, com o Imposto pago, inclusive com todas as origens comprovadas. Essa é uma das principais provas, inclusive, que já se encontram no Judiciário e que comprovam a absoluta minha inocência.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Como era a relação do senhor com o Sr. Otacílio Cartaxo?

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - É meu sogro.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - O Brasil todo conhece, mas a sua relação comercial com ele?

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Comercial, nenhuma.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Ele foi Presidente do CARF, não é?

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Foi Presidente do CARF.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Ele exercia alguma influência nos processos de julgamento no CARF, principalmente nos que eram de responsabilidade de V.Sa.?

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Não.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - O senhor tem certeza?

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Absoluta.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Alguns depoentes aqui disseram que era uma tabelinha: o senhor, ele e vice-versa. O que o senhor tem a dizer sobre isso?

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Nada. Não sei nem o que os depoentes falaram.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - O senhor vem para um depoimento deste e não sabe o que o depoente falou? Não estuda os processos? O



senhor, como advogado e tributarista, para fazer planejamento tributário como ninguém no Brasil, o senhor vem aqui para uma CPI desta importância e não sabe como foram os depoimentos anteriores?

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Não, porque eu só leio o que é pertinente a mim. O que diz respeito aos outros não me interessa.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - O seu pai, Agenor Manzan, é sócio da empresa SBS, que atua com empresas que possuem processos no CARF?

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Da SBS meu pai é sócio, sim. Eles já tiveram processos no CARF, sim. É um escritório de 25 anos de idade, que — ontem, inclusive, foi publicado que é escritório de *lobby* — que já esteve entre os cinco maiores escritórios de Direito Tributário do País e foi considerado escritório de *lobby*.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Como se dava o fornecimento dessa empresa?

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Não entendi. Como se dava?

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - O fornecimento dessa empresa, a SBS. O que o senhor sabe sobre ela?

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Eu sei que meu pai é sócio. É isso.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Já foi dito aqui que era um dos maiores escritórios de *lobby* tributário do País.

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - *Lobby*?

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - *Lobby*.

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Nunca foi escritório de *lobby*. Ele já foi um dos maiores escritórios de Direito Tributário do País, jamais de *lobby*.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Pois é. A informação que nós temos aqui é que era um dos maiores escritórios de *lobby* e lavagem de dinheiro do País.

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - É mais uma informação equivocada e que está devidamente comprovada.



O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Como era a relação do senhor com o Sr. Cartaxo? Será que o senhor poderia decifrar um pouco mais ela aqui?

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Posso. A minha relação é de genro e sogro com o Dr. Cartaxo.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Só? Somente?

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Só.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Eu, inclusive, estive com a sogra de V.Sa. Ela me procurou umas duas vezes, e nos informou que o senhor vendia o Sr. Cartaxo Brasil afora. Tem veracidade isso?

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - A minha sogra jamais falaria uma coisa dessas. Com certeza absoluta, isso é mentira.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - O senhor estaria disposto a fazer uma acareação com o senhor, a sogra de V.Sa. e o Sr. Cartaxo aqui?

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Se disser respeito a matéria institucional, eu estou disposto a fazer qualquer coisa. O que está no âmbito jurídico penal, já está tendo apuração própria na órbita própria. A minha inocência já está provada, inclusive.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Sim, mas o senhor não respondeu a minha pergunta. O senhor aceitaria fazer uma acareação com a senhora sua sogra e com o senhor seu sogro aqui, neste recinto?

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - No que diz respeito a qualquer relação institucional, eu estou disposto. No que diz respeito a matéria jurídico-penal, já está sendo apurado na órbita própria.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Sr. Presidente, vamos fazer um requerimento aqui convocando a sogra do senhor depoente. Se possível, uma acareação também dos três aqui, até para dirimir, esclarecer algumas dúvidas.

Porque nós fomos procurados por ela — eu, como Relator, e acredito que o Presidente também tenha sido procurado —, e ela, algumas vezes, informou que o senhor vendia o senhor seu esposo, o Sr. Cartaxo, Brasil afora. Com isso, angariava clientes para esse escritório de *lobby* que vocês tinham. Então, V.Sa. está negando



isso aqui. Vamos tentar fazer uma acareação e esclarecer, até o senhor e sua sogra, se possível, a Sra. Fátima Cartaxo. O senhor aceita fazer essa acareação?

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - No que diz respeito às relações institucionais, aceito fazer qualquer coisa — estou aqui para isso, inclusive colaborando no que eu posso colaborar. No que diz respeito a matéria jurídico-penal, está sendo apurado na órbita própria.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - O senhor conhece a Sra. Judith?

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Conheço. A Judith era da minha turma.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Como era a relação do senhor com ela?

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Excelente. A Judite sempre foi referência para mim na matéria aduaneira. É uma economista extremamente preparada e sempre serviu de referência. Como a nossa turma julgava matéria aduaneira também, ela sempre foi referência em matéria aduaneira.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - O senhor pediu alguma minuta à Sra. Judith?

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Não. Não tem por que eu pedir nenhuma minuta para ela.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - O senhor tem certeza disso?

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Absoluta.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - O senhor sabe o que configura mentir numa CPI dessa? O senhor, como advogado, deve saber disso.

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - O senhor pode fornecer a esta CPI documentos que forneceu à Justiça?

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Os documentos já estão na Justiça. O meu sigilo já está quebrado. É só requerer à Justiça, mas, se os senhores quiserem que eu traga aqui, eu trago — não tem problema nenhum.



O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - O senhor poderia encaminhá-los esta semana a esta CPI?

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Poderia.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Até para nos ajudar na confecção do nosso relatório. Era importante eu ter esses documentos. Se o senhor puder agilizar e encaminhá-los a esta CPI de forma espontânea, eu agradeceria a V.Sa.

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Sem nenhum tipo de problema.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Sr. Presidente, eu dou como conclusas as minhas considerações e dou como sugestão fazer uma oitiva entre o depoente, Sr. Leonardo Manzan, e sua sogra, a Sra. Fátima Cartaxo. Eu vou entrar com um requerimento. Se pudéssemos aprová-lo aqui com certa rapidez, seria importante, até para esclarecermos a posição do Sr. Cartaxo nesse cenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Ótimo.

Eu passo a palavra ao Deputado Joaquim Passarinho, por 5 minutos, para fazer as perguntas ao Sr. Manzan.

O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO - Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Leonardo, o senhor é formado em Direito e fez mestrado. Onde o senhor fez mestrado?

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Na Universidade de Bolonha.

O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO - Mas o senhor morou na Itália?

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Sim.

O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO - Fez residência lá?

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Sim.

O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO - Fez todo o seu mestrado lá?

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Sim. Não só em Direito Tributário, mas também em Contabilidade Fiscal.

O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO - Essa entrada no CARF, via CNC... É engraçado que a CNC aparece em quase todas as indicações extrarreceita.



O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - A CNC é a que tem o maior número de vagas.

O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO - Como é essa entrada? A gente não consegue entender como é que você pega um currículo — ninguém conhece ninguém, ninguém fala com ninguém —, deixa o currículo na portaria, no protocolo, e é chamado para o CARF? É assim tão simples? O senhor não é chamado para fazer uma conversa com a CNC, para saber quem o senhor é? Não, o senhor deixa o currículo na porta; de repente, chega um telegrama, lhe chamam, e o senhor passa a ser do CARF via CNC. O senhor não conhece ninguém na CNC, ninguém lhe indicou para a CNC, o senhor não falou com ninguém para ser indicado para o CARF? Era seu interesse ir para o CARF — o senhor disse que o CARF era a maior escola que existia, e o senhor não fez nada, nenhuma ação para poder ser escolhido? Seu currículo... Simplesmente o deixou lá na portaria?

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Não, não. Eu fiz, sim. Eu mandei o currículo para lá, fui chamado lá, inclusive, tive uma entrevista. Depois eles mandam isso para o CARF. Do CARF, eles escolhem uma lista, e isso vai para o Ministério da Fazenda. Quem faz a nomeação é o Ministro da Fazenda. Quem nomeia é o Ministro da Fazenda, por portaria.

O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO - Quando o seu sogro era Presidente do CARF, o senhor já atuava no CARF? O senhor entrou nesse momento em que ele era Presidente?

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Quando o meu sogro foi Presidente do CARF, eu fiz questão de sair, exatamente para evitar fofoca, para evitar esse tipo de coisa que está acontecendo hoje.

O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO - Mas não evitou que um escritório do seu pai fizesse ação dentro do CARF, onde o senhor trabalhava?

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Eu não trabalhava no escritório. Eu nunca trabalhei na SBS.

O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO - Não, seu pai tinha o escritório.

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Sim, o meu pai fecharia o escritório porque eu entrei no CARF? Uma história de 25 anos?



O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO - Não, fechar não, mas têm coisas que são incompatíveis. Talvez o senhor nem devesse ter ido para o CARF, já que o seu pai atuava dentro do CARF. Eu vejo como incompatibilidade meu pai ter um escritório que atua dentro do CARF, e eu sou conselheiro do próprio CARF.

É muito engraçado como as pessoas tentam ir para o CARF de qualquer maneira e não recebiam nada, não tinham nem ajuda de custo, era zero — o senhor trabalhava de graça no CARF, por amor à pátria.

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Não só por amor à pátria. Isso daí é uma escola, como eu já disse, a melhor escola de Direito Tributário que tem no País. Era.

O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO - Fora isso, o senhor ganhava dinheiro como? Porque o senhor tinha que viver. O senhor não ganhava nada no CARF.

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Eu sou advogado.

O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO - Atuava como advogado, ganhava como advogado? Bem?

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Da Justiça Federal. Se o senhor pesquisar, o senhor vai ver que os meus processos praticamente todos estão aqui na Justiça Federal do TRF1. Eu tenho poucos processos no Rio de Janeiro, 1 em Minas Gerais...

O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO - E seus clientes só lhe pagavam em dinheiro vivo, nada em transferência bancária?

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Não, não, alguns só que me pagavam em dinheiro vivo, por um motivo muito simples: quando você tem uma empresa com bens bloqueados, ele não tem como te pagar. Ou ele te paga em dinheiro, muitas vezes saca, inclusive, da pessoa física desvinculada da empresa, ou ele não te paga. Então, a minha função era: ou eu aceito aquilo ali, ou eu não recebo.

O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO - Para sacar e transferir é a mesma coisa. Tanto faz ele sacar o dinheiro vivo e lhe pagar ou transferir da conta física dele para a sua — dá no mesmo, porque estava registrado o saque.

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Sim, aí é opção de qualquer um, de qualquer pessoa, não é?



O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO - Ninguém teve medo? Engraçado, todo mundo anda com 300 mil na mão... Eu não sei onde o senhor mora, mas eu moro no Belém do Pará: sexta-feira, se sair com 3 mil do banco, é assaltado. Porque tem a saidinha do banco — se for sexta-feira então... Você sai com 300 mil, 400 mil, o Sr. Hugo vai lá com uma pasta, entra no seu carro — uma tranquilidade. O senhor entra lá, tudo com etiqueta do Banco do Bradesco na sua casa, quase 1 milhão e meio — não sei o valor exato.

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Só pegar a imagem, vai me ver dentro do Banco Bradesco, saindo do Banco Bradesco. Pede a imagem. Requeira a imagem.

O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO - Mas, se é tudo legal, por que o senhor não saía do banco e ia para a sua conta direto? O senhor levava para o colchão em casa?

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Não; colchão em casa, não. Isso daí era uma opção da empresa de me pagar, e eu...

O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO - E a sua opção também era ter dinheiro guardado em casa.

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Não, porque eu estava planejando, eu estava fazendo um planejamento de investimentos, que, inclusive, não deram certo em virtude dessa operação.

O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO - Mas qual é o problema de o investimento ser feito, planejado com o dinheiro no banco?

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - É muito simples...

O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO - Não pode planejar com o dinheiro guardado no banco? Tem que planejar com o dinheiro guardado em casa?

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Isso depende do tempo, não é? Isso depende do tempo de você estar...

O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO - Mas dá mais tempo. Por exemplo, se o senhor foi ao banco sacar e se o senhor tem conta no banco, era só transferir dentro da conta. Dá muito mais trabalho tirar esse dinheiro, podendo ser assaltado, entrar no seu carro, entrar para sua casa, ter um cofre na sua casa, guardar isso, para ficar planejando. Não era muito mais fácil chegar ao banco, já que



o cara ia fazer a transferência... Pegou o dinheiro, botou na minha conta, acabou, e eu vou planejar em casa. Depois eu faço a aplicação pelo celular até.

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - É, eu sei disso.

O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO - O senhor trabalha no CARF; eu sou arquiteto, não entendo nada, mas sei fazer essas transações por telefone. O senhor é *expert*, é mestrado e não sabe, só sabe fazer com o dinheiro? O senhor tem que sacar o dinheiro, levar para casa, depois fazer essa aplicação em dinheiro? O senhor não sabe mexer em nenhuma ferramenta dessa? O senhor não tem conhecimento de nenhuma

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Não, eu peguei...

O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO - O senhor não confia em nenhuma ferramenta dessa?

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - No celular, não, inclusive eu nem tenho. Mas foi uma opção que eu tive de investir isso daí, eu estava já com o projeto pronto, que foi obstado por isso, por essa informação.

O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO - Eu sei, eu só quero dizer assim: não há nenhum óbice em o senhor investir com dinheiro que está no banco. O dinheiro que está no banco é seu, o senhor saca a hora que quiser.

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Mas não há nenhum óbice também que o mantenha em casa. Ninguém... Ter dinheiro em casa não é crime, nunca foi.

O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO - Não é crime, mas é perigoso e é incompreensível. Eu não conheço ninguém que guarde dinheiro em casa hoje em dia. Logicamente, meus bisavós talvez guardassem porque não tinham confiança em banco e ainda tinham um pouco de alguns costumes árabes de as pessoas guardarem dinheiro em casa porque acham que têm poder com o dinheiro. Mas o senhor é um homem da área, o senhor é tributarista, o senhor não tem essa cultura. Pelo que eu saiba, o senhor não é libanês, não é árabe, não tem essa cultura. Quer dizer, é muito estranho: tudo em dinheiro, tudo é saque em dinheiro. Não estou dizendo que o dinheiro é seu, mas um ia lá sacar 300 mil, outro pega 300 mil, 400 mil e leva para a casa, guarda 1 milhão. A gente acha isso normal? E, ao mesmo tempo, o senhor atua no CARF de graça! Não precisa? O senhor está servindo e nós temos que agradecer ao senhor isso, porque tudo o que o senhor fez



foi lícito, o senhor não fez nada. A sua atuação junto à empresa Qualy é normal no processo, não tem nada demais...?

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Lógico, julguei mais de 5 mil processos no CARF, a Qualy foi mais uma. Agora, voltando ao que o senhor estava dizendo do dinheiro, eu nunca vi foi alguém declarar no Imposto de Renda propina. Isso eu nunca vi, com 16 anos de advocacia.

O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO - E se esquentava muito, se esquentava muito.

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Então, o senhor está sabendo mais do que eu, inclusive.

O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO - Estou, porque estamos vendo aqui. O próprio Governo está repatriando muito dinheiro que está lá fora, pagando imposto.

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Tentando.

O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO - Tentando, nem todos vêm. Nem todo mundo quer. Mas é muito fácil. Se eu tenho um dinheiro não lícito e eu quero fazer, pago imposto, declaro imposto do jeito que eu fiz, mas esse dinheiro tem que ter a contrapartida de um serviço. Eu não vi o seu inquérito inteiro, mas tem que estar lá: *“Eu ganhei 300 mil reais para fazer esse parecer nesse julgamento, atuei”*. Tem que estar lá.

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Está tudo lá, tudo comprovado.

O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO - E o senhor atuou só para gente que tem bens bloqueados, o senhor não trabalha para ninguém que tem conta normal?

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Não só os trabalhos, a origem também está toda declarada, não só os trabalhos, todos prontos, com nota fiscal, tudo feito.

O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO - E todos os seus clientes que lhe pagavam lhe pagavam em dinheiro quase todos, porque o senhor só atuava para gente que tinha conta bloqueada.

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Repetindo, não eram todos os meus clientes que me pagavam em dinheiro. Alguns clientes que estavam com algum problema de bloqueio ou alguma coisa assim me pagavam em dinheiro, isso é



comum, inclusive. Os outros clientes estão todos declarados, eles me pagavam com transferência bancária. Isso está tudo comprovado, com nota fiscal, com contrato, com todos os recursos feitos. É isso. Isso é um escritório, assim funciona um escritório.

O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO - Não vejo. Desculpe-me, eu conheço alguns escritórios, mas, com 1,5 milhão em casa, não conheço — o seu é o único. Mas é o seu jeito de atuar, temos que pensar que acreditamos nisso. No final disso, eu acho que o senhor vai sair condenado ou... O senhor disse que está inocentado. O senhor não está, o senhor está indiciado ainda, o senhor não foi inocentado.

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Indiciado não, eu fui denunciado, e as provas já estão todas no processo.

O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO - Mas não saiu o julgamento. Então, o senhor não está inocentado. O senhor disse: "*Já fui inocentado*". O senhor não foi inocentado. Vamos ver o que vai sair disso. O que nós esperamos...

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - O que eu disse foi que as provas que estão nos autos já comprovam minha inocência com tranquilidade.

O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO - Bom, isso é o que o senhor diz. Não é o que a polícia diz.

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Leia o processo.

O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO - Vamos esperar o final do processo para ver o que nós tiramos disso.

Realmente, é muito estranho. Na população que está nos vendo, ninguém acredita que uma coisa dessas aconteça: saques de 400 mil, 500 mil hoje em dia, para serem levados e guardados em casa. É algo inacreditável! É inverídico! Não dá para se entender hoje, na atual conjuntura, alguém que ache que isso é uma coisa normal. Não é! Desculpe-me, não é normal, não é praxe, não é usual, não é nada. Guardar todo esse saque sem precisar de banco, realmente, o senhor sendo tributarista, sendo advogado, isso me estranha muito. Mas as provas vão estar aí. Volto a dizer que vamos ter que ir até o final disso.



Presidente, é aquilo que eu falei antes, nós precisamos chamar a CNC aqui, alguém da CNC. Não é possível que isso seja assim e a CNC não tenha corresponsabilidade com nada disso.

Mudanças no CARF: esta Comissão, independentemente da investigação que faz, o melhor serviço que nós vamos fazer, nosso Relator, é propor realmente que o CARF seja passado a limpo. É um instituto importante, defendo o CARF, mas o CARF deve existir de maneira correta e séria.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu vou começar a fazer minhas perguntas para o Hugo.

Hugo, você era considerado na empresa um *office-boy* e também uma pessoa de confiança que fazia tudo para a família?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Isso.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Você já confirmou que foi várias vezes ao banco sacar recursos e tal.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Já, várias vezes.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Agora, como você tinha uma relação muito próxima e de confiança, você acompanhou também os pagamentos?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Não.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Você nunca viu, nesses anos todos, para onde ia esse dinheiro que você sacava?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Não. É isso que eu te falei. Eu não sei qual é a dificuldade de vocês desvendarem tudo isso. Na primeira vez que eu vim, eu falei que a Gegliane administrava e fazia as planilhas todas. Então, veja bem, de 2010 a 2012, foi feita uma planilha gigantesca de todos esses valores que saíram do banco, para onde foram e o que foi feito. A Gegliane fez essa planilha porque eles, o Dr. José Ricardo e o Dr. Alexandre, iam fazer uma prestação de contas para saber quem devia quem, como se ia resolver. Então, veja bem, eu não sei como não conseguiram achar essa planilha na documentação que foi pega, porque era tudo guardado em cada pasta, tudo era documentado na empresa. Então, eu não sei



onde está a dificuldade em desvendar esse mistério, para onde foi esse dinheiro. É muito fácil: esse dinheiro foi sacado no banco e esse dinheiro foi levado para o escritório. Ou seja... Eu não era dono do escritório, era apenas um funcionário. Então, falavam assim: *"Vai lá, pega esse dinheiro e traz para mim"*. Agora, o que ele vai fazer com o dinheiro, para quem entregou, isso não cabia a mim, nem era de meu interesse querer saber. Ou seja, se eu fosse questionar, eu ia ser demitido.

O SR. DEPUTADO IZALCI - O.k. Não, eu não perguntei... Eu perguntei se você, em função da presença constante, da intimidade que você tinha com todos eles...

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Não...

O SR. DEPUTADO IZALCI - ... se você já viu, no escritório... Porque é comum...

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Não...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Você ficava no escritório 24 horas. Se havia realmente... Por exemplo, eu vou te perguntar: você já viu lá no escritório algum político, por exemplo?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Não, eu só vi o Dr. Silas Rondeau. Assim, não tinha...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Ele frequentava?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - É. Algumas vezes eu vi o carro dele passando pelo fundo. Então, ele ia ali muito rápido e voltava. Eu o vi umas duas vezes.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Você sabe se ele tinha o controle lá do portão?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Não, não tinha, não. Eu não...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não sabe ou...

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Não, eu não vou responder, porque realmente eu não sei se tinha ou não tinha.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Além do Silas, quem mais? Político...

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - E a Erenice Guerra, porque eu também a vi algumas vezes no escritório, mas nunca troquei palavra com ela. Então, assim...



O SR. DEPUTADO IZALCI - O que você acha que eles faziam lá, os dois? Você tem noção, alguma ideia?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Não, porque...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Nunca ouviu nada? Nunca comentaram nada?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Porque, veja bem, na casa onde era o escritório, a minha sala era no subsolo. Então, tinha uma escada, tinha outro pavimento em cima e mais um.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Hum, hum!

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Então, eles ficavam entre eles ali. Então, não tinha como eu ficar ali ou ver o que acontecia.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eles tinham lá alguma salinha deles?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Cada um tinha uma sala, entendeu? Então, se tinha alguma reunião, todo o mundo entrava para uma sala.

O SR. DEPUTADO IZALCI - O Silas também? O Silas Rondeau, que é o ex-Ministro, não é?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - O Silas.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Você conhece... Você sabe do assunto de que eles tratavam no escritório?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Não, não sei, porque fica em sala, em reunião fechada, não é? Então, não dá para saber o que é que...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Você ouviu algum comentário de que eles teriam indicado alguém para o CARF?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Não, nada. Em relação ao CARF, não.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Você nunca ouviu nada? Nunca teve curiosidade, assim, de...

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Não, porque não é interesse meu. O meu trabalho... Eu fazia o meu trabalho e ia embora.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sim, mas, eu estou dizendo assim: você estava passando e ouviu, assim, sem querer, alguma coisa?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Não, não dava, porque a sala... Eram várias salas de reuniões. Então, a porta era fechada, não dá...



O SR. DEPUTADO IZALCI - Ninguém comentou nada com você?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Não.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Por exemplo...

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Não.

O SR. DEPUTADO IZALCI - ...quando o Ministro esteve lá na casa, você: *"Poxa, o Ministro está aqui"*. Você nunca perguntou nada assim?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Não, vou perguntar o quê? Vou saber o quê? Vou ser xereta? *(Ininteligível.)*

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não é ser xereta, mas, às vezes, você, por acaso...

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Não...

O SR. DEPUTADO IZALCI - ... vai ao banheiro e ouve a pessoa falando e tal.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Não, se eu tivesse ouvido, eu falaria, sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Por exemplo, você sacou algum dinheiro para o Alexandre Paes dos Santos, especificamente para ele?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Não. Eram só contas. Digamos... Tem várias contas dele para pagar. Então, ele emitia um cheque, fazia o pagamento daquelas contas, e podiam sobrar 500 reais, 300 reais. São só mesmo esses tipos de pagamento de contas mesmo fixas.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Para o Edson também? Você fez saque para o Edson?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Não, o Edson, não. Quando eu entrei no escritório, ele já era sócio, e ele ficou só um período lá. Depois, ele saiu.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Nunca sacou nada para ele...

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Não.

O SR. DEPUTADO IZALCI - ... no banco?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Não.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Você confirma a retirada de 100 mil reais em espécie do escritório? Você pegou 100 mil e foi para o Rio de Janeiro?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Não.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Que dinheiro...



O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Não. Eu saí em 2013 e fui para o Rio de Janeiro por conta própria. Os meus amigos me ajudaram com combustível, essa coisa toda. Eu fiquei lá 2 anos e voltei.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Você não foi levar dinheiro para ninguém?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Não, não levei, não.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não teve nada disso?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Eu fiquei 2 anos morando lá.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Você fez algum saque também a pedido do Flávio Rogério da Silva?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - É porque o Flávio, ele é sócio da Agropecuária Terra Fértil. Então, a Agropecuária Terra Fértil, a SGR, era tudo num lugar só, o escritório — não é? — de administração. Então, obviamente, por eu ir ao banco, eu fazia... Todo mundo pedia: *“Ó, faz isso aqui para mim. Faz esse favor. Paga essa conta aqui para mim”*. Então, era muita coisa.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Entendi.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Cada um pedia, mas era para fazer favor mesmo, para pagar uma conta...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Tá. Então, você não confirma nem... Você prefere não responder...

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - O quê?

O SR. DEPUTADO IZALCI - ... com relação à Erenice e ao Silas Rondeau...

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Não, não é...

O SR. DEPUTADO IZALCI - ... sobre a posse do controle do portão?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Não...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eles tinham sala lá para trabalhar? Como é que era?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Não, eles não ficavam... A Erenice, ela foi para lá por um pouco mais de tempo. Ela ficou mais tempo do que o Silas. O Silas, eu o vi duas vezes no escritório, depois, sumiu.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Você não sabia o que eles faziam lá no escritório?



O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Não, não sei, porque é aquilo que estou te falando, é sala de reunião fechada, não tinha como... Mesmo que eu ouvisse também, não dá para sair, é a acústica...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Você falou aí sobre a questão da sua conta, que você mexia com jogo e não sei o quê...

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - É, veja bem...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Você cedeu a sua conta também para movimentação, no caso do José Ricardo, por exemplo?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Olha, foi muito pouco. Mas eles nem sabiam disso, porque...

O SR. DEPUTADO IZALCI - O que é pouco para você?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Não, eu digo assim: você, para sacar no banco, até 5 mil eles te pagam, não é?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Hã, hã!

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Então, veja bem, era muita conta. Eu tinha vários bancos para fazer esses pagamentos. Se não desse para eu chegar ao banco, essa conta ia atrasar, e eu ia me complicar, porque ia ter juros no outro dia, e eu ia ouvir até... Então, veja bem, como a minha conta era no andar de cima, quando tinha 6 mil, 7 mil a mais e o banco em baixo não o tinha para sacar, o que é que eu fazia? Eu fazia essa transferência, ia lá, sacava — talvez, é por isso que vocês estão vendo esses saques e saques —, mas para resolver esse meu problema. Então, eles nem tinham conhecimento disso. Chegava lá, já entregava para ela os recibos, a planilha, e está tudo certo. Então, veja bem, essa história de você ver lá... Você pode ter mil imaginações, mas, se você for analisar bem, não é bem assim, não, entendeu?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Entendi. Mas você teve, por exemplo, oito saques de 1 milhão e 12. Depois, você teve mais três saques de 505 mil.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Desses, eu me lembro, eu me lembro bem.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Esses... Você não sabe para o que foi isso aí?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - É isso que eu estou te falando. Foi lá... Fez-se previsão de saque para 3 dias, segunda, terça e quarta. Fui lá, saquei



400 e levei para o escritório. Saquei 400 e levei para o escritório, 400... Então, esse dinheiro ficava num cofre. Então, veja bem, era o José Ricardo que manejava isso.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Entendi.

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Então, é ele que pode responder, não é?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Você tem alguma coisa do Instituto de Desenvolvimento de Estudos e Projetos Econômicos — IDEPE?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Era do Dr. Alexandre. Era do Dr. Alexandre isso. Então...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Dois milhões de saque?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Isso. Teve saque lá também, e eu levei tudo para o escritório.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Você conheceu a Meigan Sacks?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - A Megan, eu a vi poucas vezes, porque o Dr. Edison era sócio da SGR quando o escritório era na QL 12. Então, ela teve lá algumas vezes. Mas...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Você viu alguém entregando recurso? Ela recebeu algum pagamento?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Não, não. Ela foi até lá falar com o pai dela das vezes que eu vi, entendeu? Mas não teve nenhum (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO IZALCI - Você teve algum vínculo empregatício com a Agropecuária Terra Fértil?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Na verdade, eu era registrado pela Agropecuária Terra Fértil, mas eu trabalhava para a SGR.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Prestava serviço na SGR. Era registrado numa... E de quem era essa Agropecuária?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Da família, do José Ricardo, da Eivanice, da mãe.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Você sabe algum serviço que eles faziam com essa empresa? Que tipo de serviço eles faziam?



O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Desde que eu os conheci, o escritório deles funcionava no San Marco Hotel, eles só administravam a questão da fazenda, porque eles têm plantio, não é? Então...

O SR. DEPUTADO IZALCI - O José Ricardo ficou muitos anos na fazenda, não é?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Muito, ficou.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Você, então, não se lembra de nenhum político, além desses dois, da Erenice, que frequentavam ou frequentou...

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Não, não. Somente esses dois.

(Não identificado) - Plantio de quê?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Café, laranja.

(Não identificado) - Aonde?

O SR. HUGO RODRIGUES BORGES - Em Cristalina.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Deixe-me perguntar logo aqui para o Leonardo...

Leonardo, o seu pai ontem disse que botava a mão no fogo por você, o corpo, tudo o mais e também em relação ao Cartaxo. Mas não disse a mesma coisa com relação ao Jorge Victor Rodrigues. Você conheceu o Jorge?

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Conheço o Jorge.

O SR. DEPUTADO IZALCI - É sócio do seu pai, não é?

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - É sócio do meu pai e me conhece desde quando eu nasci, na verdade.

O SR. DEPUTADO IZALCI - E você tinha uma relação com ele profissional? Teve...

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Não. Não. A gente tinha... Eu tive alguns processos, porque eu fiz uma conta de participação numa empresa que ele tinha. Não eram processos meus.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu acompanhei as respostas às perguntas. Eu acho até que, talvez, o tom de voz do Relator... Evidentemente, ele não quis em momento algum pressioná-lo. Eu senti muita segurança no que você está falando. Mas há vários diálogos que foram interceptados pela Polícia Federal relacionados com o seu nome — muitas coisas. Você conhece todos esses diálogos? Senão, eu posso citar alguns. Mas...



O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Eu conheço alguns, que foram do inquérito-mãe, que inclusive lá no Senado, e eu já até fiz uma — está no *site* do Senado — transcrição dos Leonardos, porque existiam seis Leonardos no inquérito.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Entendi.

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Então, várias dessas citações aí, eu consegui comprovar inclusive, com a transcrição da própria Polícia Federal, que eu mandei para o Senado, que não era eu.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Que era outro Leo. Eu vou dar um exemplo. Ontem, estive aqui o Sr. Wagner. Conheceu o Wagner?

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - O Wagner, eu nunca o conheci pessoalmente, mas ele tem um nome muito forte na área tributária. É um grande profissional.

O SR. DEPUTADO IZALCI - É. O que aconteceu? Há uma resolução da Coordenação-Geral de Assuntos Tributários — CAT, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, que diz que, quando você entra no REFIS, que é o refinanciamento ou financiamento de dívidas, você abre mão de ações e tal.

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Hum, hum!

O SR. DEPUTADO IZALCI - Aconteceu isso com o Banco Bozano. O Bozano fez o REFIS, assinou o documento, abrindo mão de tudo, e depois ganhou na instância do CARF a ação. E ele precisava, então, resolver... Ver se tirava do REFIS esse débito, que ele ganhou inclusive no CARF. E ele até perdeu, porque ele foi direto à Justiça sem recorrer administrativamente.

Mas há uma fala na Polícia Federal onde há também uma coisa semelhante, porque precisava de um parecer que nunca tinha acontecido. Você sabe que a legislação é complexa. E o CARF é isso, não é? Você interpreta a legislação e faz a sua defesa. Mas há um caso específico que não tinha ainda precedentes e precisava de alguém para encampar isso. E no diálogo dá a entender — por isso eu estou te perguntando — que você... E alguém disse assim: *“Não, vamos à Câmara Superior. Vamos ver se a gente consegue alguém para dar este parecer”*, que seria o primeiro parecer favorável a essa questão. Eu acho até que era com relação a juros de capital próprio, não é?

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Hum, hum!



O SR. DEPUTADO IZALCI - Você conhece essa matéria?

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Eu conheço a matéria. Mas isso aí, com certeza absoluta, se tiver Leonardo...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Tem um Leo aqui. Não é você esse Leo aqui?

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Com certeza absoluta, não há... Eu até achei estranho ontem mesmo inclusive, porque, para entrar no REFIS, você precisa desistir do recurso. Como é que ele ganhou se ele desistiu? É complicado isso aí. Tem alguma coisa errada aí. A informação está errada.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Esse Leo aqui que faz esse diálogo aqui com o Tamazato e com o Mário, esse Leo não é você?

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Não tenho a menor ideia de quem seja.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Ele fala, inclusive, da possibilidade de... Envolve até a possibilidade de ser o próprio Cartaxo, que era Presidente. Provavelmente, era da Câmara Superior na época. Não sei.

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Eu não conheço o caso, esse caso concreto.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Então, esse diálogo com relação à Polícia Federal não tratava do...

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Com certeza absoluta, não.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Conhece Eduardo Cerqueira Leite, Lutero Fernandes?

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - O Lutero era funcionário do CARF. Eu o conhecia de nome. Até essa operação, eu não sabia nem quem era o Lutero.

O SR. DEPUTADO IZALCI - O Lutero era, junto com o Jorge Victor, por quem seu pai falou que não bota a mão no fogo... Aliás, não falou nada, mas, sobre você, em relação ao Cartaxo, ele disse que botava a mão no fogo e, depois, quando eu falei do Jorge Victor, que é sócio dele, ele não se manifestou, ou seja, eu entendi que ele admitiu que pode haver problema. E, de fato, o Jorge Victor faz parte do núcleo de Brasília, assim como o Lutero. E, lá em São Paulo, é o Jeferson Salazar. Conhece o Salazar? O Leite?

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Não conheço.



O SR. DEPUTADO IZALCI - Era quem fazia a captação de recursos em São Paulo.

Com relação à SBS — eu sei que seu pai é que era sócio —, você soube de alguma coisa sobre a Operação Anfíbio, na época? Seu pai comentou com você que houve uma operação da Receita Federal com relação a atos normativos da Receita que eram trabalhados?

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Não.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Ainda não houve o julgamento, mas já há um processo sobre essa questão que envolve a SBS.

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Não, eu não fiquei sabendo. Eu acho que isso é muito antigo, inclusive.

O SR. DEPUTADO IZALCI - É antigo, mas até hoje não foi julgado.

Com relação à Évora. O que é essa questão da Évora? Você conhece? Você pode... É uma empresa?

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - A Évora é minha cliente.

O SR. DEPUTADO IZALCI - É sua cliente?

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - É minha cliente, sim,

O SR. DEPUTADO IZALCI - Que tipo de consultoria... É da SBS também?

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Não, não, da SBS, não.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não?

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - A SBS tem os clientes dela, e eu tenho os meus clientes. A única coisa que eu faço é ocupar uma sala lá.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Ah, tá. É só parceiro. O Jorge Victor também tem relação com a Évora? Você sabe?

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Não. A Évora é cliente minha. Era, porque eu perdi. Esse processo, a gente perdeu por unanimidade.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Houve um julgamento. E seu pai até explicou um pouco isso. Esse que antigamente se chamava café não sei das quantas e depois mudou o nome, esse que alguém há pouco perguntou aí...

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Falaram ontem.



O SR. DEPUTADO IZALCI - Havia esse processo no CARF. Na época, você era também Conselheiro do CARF. Você chegou a votar. Depois é que você saiu. Mas ele era cliente da SBS. Entendeu?

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Eu não sei. Eu não sei muito. Do relacionamento da SBS com os clientes, eu não sei. Eu não tenho como falar.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas quando o Cartaxo era Presidente do CARF, você era genro dele?

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Eu saí.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Você saiu, mas, antes de sair, ocorreu o julgamento de um processo em que você acabou votando favoravelmente. Mudou a decisão, inclusive. O Cartaxo se afastou, entrou um Nilton não sei das quantas. Ele entrou, mudou o parecer dele, e a empresa, então, ganhou, inclusive, com o seu voto.

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Não, não. Isso aí foi, inclusive, essa matéria em que eu fui denunciado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Isso.

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Essa matéria aí é uma matéria que não tem mais nenhum tipo de discussão. É uma matéria de expurgo inflacionário. É recurso repetitivo do STJ. Tem parecer da Procuradoria da Fazenda Nacional, que tem força de lei, para não recorrer e não discutir mais a matéria. E tem uma resolução do CNJ que já acrescentou no manual de cálculo da Justiça Federal o expurgo, independentemente de contestação e de requerimento. Então, essa matéria é uma matéria completamente pacífica.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sim, mas tinha perdido, inicialmente. Depois é que houve a mudança do voto, a decisão.

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Depois que eu fui denunciado é que eu fui ver o histórico disso daí. Houve realmente muita resistência da Receita em pagar, porque, na verdade, queria pagar em 2000 e não sei quanto aí um débito que já tinha transitado em julgado no Supremo em 1990. Então, 20 anos depois, a Receita queria pagar com valor de face, ou seja, queria se enriquecer indevidamente à custa do contribuinte.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Entendi.



O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Então, a matéria foi essa. Depois, a matéria foi pacificada. Hoje não se discute mais isso. Hoje você não precisa nem pedir mais isso. Quando vai para a Contadoria, a Contadoria adiciona os expurgos, independentemente de requerimento.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Está bem. Agora, além do objetivo investigativo, evidentemente, nós temos também aqui a intenção de aperfeiçoar o sistema. E nós já detectamos, tanto é que já foram até mudadas as normas do Conselho, várias... não digo irregularidades, mas...

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Falhas, né?

O SR. DEPUTADO IZALCI - É, falhas no processo, por exemplo. E, aí, queremos aperfeiçoar. E a pergunta aqui é mais no sentido de colaborar com a CPI. Nós estamos aqui revendo essa questão de indicações. O que percebemos aqui, por exemplo, é que a CNC deve ter indicado 70%, 80% dos conselheiros.

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - É porque ela tem maior número de... Cada Confederação tem uma quantidade de vagas. A CNC tem maior número de vagas, junto com a CNI. As outras Confederações têm menos vagas.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Você sabe quais são os critérios de todas elas? A CNC parece que não tem critério nenhum, assim, porque nós perguntamos aqui... Não consta nem em ata. Há alguns aqui que nem constam na ata da Confederação, quem foi nomeado e tal. Se perguntarmos para eles se eles conhecem os conselheiros que foram indicados, também não fazem a mínima ideia. V.Sa., eu já disse aqui, V.Sa. simplesmente apresentou o currículo...

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Eu mandei meu currículo.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas havia uma tradição, evidentemente. Alguém devia saber que o seu pai já foi, ou o seu sogro, né...

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - O meu pai nunca foi conselheiro, mas...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas era da Receita?

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Era.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Era da Receita Federal?

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Hum, hum.



O SR. DEPUTADO IZALCI - Então, havia essa consulta, assim, algum pedido, alguma coisa assim, não? Como é que é isso?

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Eu acho que, na análise do currículo, eles faziam a seleção. Assim, eu não entendo o que...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas deve ter alguma indicação política nisso, indicação política que eu digo, assim, alguém interceder, pedir e tal.

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Pode ter, de empresas, pode ter de algum cliente.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Por você, por exemplo, ninguém fez interferência nenhuma?

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Pode ter de algum cliente, de alguma coisa. Mas a gente, na verdade, nem fica sabendo disso, não. Eu mandei meu currículo e fui chamado lá para uma entrevista. Fui lá, fiz a entrevista e entrei...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Nós detectamos aqui também que um dos problemas seríssimos foi a questão de advogar e ser conselheiro ao mesmo tempo, que é uma coisa totalmente incoerente, vamos dizer assim.

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Pois é, cabe até desmistificar um pouco isso daí. O conselheiro, para ele ser escolhido conselheiro do CARF, ele tem que ser advogado da área. Senão, ele não é.

O SR. DEPUTADO IZALCI - E para fazer a defesa do CARF, não? Pode ser qualquer um?

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Para fazer a defesa do CARF, não precisa ser advogado. Inclusive, tem empresa que não manda nem contador, ela manda um preposto.

O SR. DEPUTADO IZALCI - "Nem contador", não pode depreciar muito, não, porque eu sou contador e eu acho que... *(Risos.)*

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Eu também sou. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas tudo bem. Outro aspecto é o seguinte. Havia, sim, não tenho dúvida, está muito claro que havia muita utilização, vamos dizer, de conhecimento, porque ou eram ex-fiscais da Receita ou eram ex-conselheiros, que saíam e depois iam fazer o seu escritório, também, de consultoria



e tal. Então, sempre havia aquela troca, não digo troca de favores, mas *“eu conheço fulano de tal”*... Inclusive, percebemos aqui que houve venda, e as pessoas nem sabiam. Nós tivemos aqui dois. O próprio Dr. Wagner ontem disse aqui que ele se aposentou há 10 anos, nem tratava mais dessa matéria, alguém consultou, e já fotografaram, já botaram nos jornais, como se fosse um criminoso.

O SR. LEONARDO SIADE MANZAN - Isso aconteceu comigo.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Aconteceu também com outro conselheiro. Essa menina que eu perguntei se você conhecia, a Meigan Sacks... *“Eu tenho um amigo, assim, e vou pedir para ele tirar da pauta.”* Aí, o pessoal tirava da pauta, o cara não estava nem sabendo, mas, indiretamente, tinha uma negociação por trás disso, entendeu?

Então, houve muita gente que utilizou nomes para vender facilidades e até conseguir contratos, porque você vê que há empresas grandes, inclusive, que têm escritórios especialistas em tributação, e acabaram vir aqui contratar a SGR. Esse José Ricardo, inclusive, confirmou aqui, e é verdade, que ele fez o curso de Direito, acho que já com 40 anos, 50 anos, sei lá. Ele cuidava da fazenda. Então, não era propriamente o conhecimento tributário. Era mais o *lobby*... Não podemos chamar de *lobby*, porque o *lobby* nós estamos regulamentando, mas é a utilização de influência no sentido de cooptar, essas coisas.

Sr. Presidente, era isso. Estou satisfeito. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - Sr. Presidente, depois de ouvir uma inquirição tão detalhada como a do colega, eu só volto a uma questão, à última observação do Sr. Leonardo com relação à OAB. E, aqui, diante de um dos maiores advogados do Brasil, meu querido amigo Nabor, eu quero dizer que a OAB tem que mudar a forma de dar licença para as pessoas advogarem. A OAB não pode ser vista apenas como uma entidade corporativista, uma corporação. É assim no mundo civilizado. A OAB tem responsabilidade sobre as pessoas que ela licencia para exercer a profissão. Inclusive a OAB tem atuação prevista na Constituição Federal, e nós entendemos, bem como os Legisladores e os Constituintes, que a OAB é parte do sistema de justiça do Brasil, parte importante e relevante. Ela não



pode continuar tendo uma atitude passiva em relação ao comportamento dos advogados, menos os formados há 50 anos, como brincou o nosso amigo. *(Risos.)* Eu também, se tivesse oportunidade, mesmo depois dos 60 anos, gostaria de ser também advogado. Só me falta a capacidade, mas, realmente, se eu pudesse, eu gostaria de ter o curso de Direito.

Mais uma vez, eu digo que nós temos que nos preocupar muito com as instituições, tanto com a OAB, quanto com as federações empresariais, que tratam o assunto de forma no mínimo displicente, não só em relação ao CARF. Até para os advogados é importante que a licença para advogar seja algo relevante, como, aliás, a legislação trata.

Embora eu seja engenheiro e há muito tempo aprendiz na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, tive até o privilégio de ser Presidente da Comissão de Constituição e Justiça. Lá há tantas pessoas que conhecem o Direito que até um engenheiro pode ser Presidente e conduzir a Comissão.

Então, eu gostaria de ver no relatório algo forte. Embora não tenhamos convocado aqui nem o Presidente, nem dirigentes da Confederação Nacional do Comércio, nem dirigentes da OAB, eu acho que é relevante que nós ressaltemos o fato a respeito das indicações. As do Governo têm seus vícios, e o Governo tem seus vícios também — tanto o do passado, quanto o atual e o futuro.

Mas é evidente que o que faltou no CARF — certamente o Sr. Leonardo e o Sr. Hugo devem concordar com isto — foi transparência. Tudo que é tratado intramuros termina sendo ruim até para quem está dentro do muro quando se trata de coisa pública.

Portanto, eu espero que nós possamos contribuir com o relatório conclusivo, dando ouvidos àquilo que disse o Dr. Everardo Maciel, que deu aqui um depoimento maravilhoso. Nós tivemos um dia de grande produção nesta Comissão quando Everardo falou claramente do modelo da paridade.

V.Exa. se recorda e os outros também, que no começo eu era muito defensor do sistema de paridade. Ainda, de certa forma, eu não me curvaria ao simples fim do sistema de paridade, porque o problema não vem dela, vem da imperfeição das pessoas e do sistema.



Seria bom também que nós pudéssemos colocar algo relevante que foi dito por Everardo Maciel, porque esse sistema de certa forma está vencido, é um sistema vencido. Um sistema é como um organismo vivo qualquer. Quando a autoimunidade desaparece, o sistema vivo morre. Os sistemas administrativos também morrem quando não têm imunidade.

Defendi o atual Presidente do CARF, porque me parece um homem correto, é meu conterrâneo. Eu não o conheço, só o conheci aqui, mas ele me pareceu um funcionário correto e com carreira brilhante na Receita Federal. Mas quando as instituições não têm mais imunidade, elas morrem, e o CARF está precisando ser reinventado. Não o CARF, mas o sistema de julgamento precisa ser reinventado. Então, acho que esse relatório pode seguir muito nesse sentido.

Essa é a minha contribuição no dia de hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Obrigado, Deputado. Inclusive nós fizemos publicar na página da Comissão o material encaminhado por um conselheiro do CARF, bem dentro dessa linha do Everardo Maciel. É um material muito bom, e eu aconselharia V.Exa. a dar uma olhada, porque seria interessante.

Não havendo mais nenhum inscrito, eu vou agradecer a presença dos Srs. Leonardo Manzan e Hugo Rodrigues Borges, que contribuíram, a seus modos, com a CPI.

Vou encerrar esta reunião, antes, porém, convocando outra para amanhã, às 10h, no plenário 7, onde nós vamos tomar o depoimento dos Srs. Dorival Padovan, Bruno dos Santos Padovan, Amador Outerelo Fernandez, Rodrigo Thomaz Scotti Muzzi, Albert Rabelo Limoeiro e Paulo Baltazar Carneiro.

Se houver quórum, faremos deliberação de requerimentos.

Volto a informar à Comissão que eu fiz um requerimento de reconsideração ao Presidente da Casa, pedindo a prorrogação dos trabalhos da Comissão por mais 60 dias, porque nós temos muitas oitivas e muitos depoentes marcaram para depois do dia 1º. Vamos esperar a decisão do Presidente da Casa.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença dos Srs. Parlamentares, da assessoria e dos demais presentes.

Está encerrada a presente sessão.